

Associação dos Seringueiros de Machadinho D'oeste
- ASM -

Plano de Utilização da Reserva Extrativista Estadual
CASTANHEIRA

versão preliminar para discussão- Out/97

FINALIDADE DO PLANO

1. Este Plano de Utilização objetiva assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva Extrativista (RESEX) mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos por todos os moradores. Está aqui contida a relação das demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre meio ambiente.
2. Objetiva ainda este plano manifestar aos órgãos governamentais competentes o compromisso dos moradores da Reserva Extrativista de cumprir a legislação ambiental a nível federal e estadual, e ao mesmo tempo oferecer um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos.
3. Tendo sido um documento aprovado pelo moradores, ele serve de guia para que eles exerçam suas atividades na RESEX dentro dos limites estabelecidos.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

4. Todos os moradores são responsáveis pela execução do Plano, como seus autores na gestão da reserva e como os principais beneficiários da mesma. De forma mais direta, a Associação dos Seringueiros de Machadinho D'oeste - ASM, será responsável pela sua implementação, de modo a defender o uso sustentável dos recursos naturais e o bem estar dos seus moradores, contando com o apoio da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).
5. A Diretoria da ASM orientará para que o Plano seja cumprido por seus associados, onde também será composta uma Comissão de Proteção da Reserva, responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

INTERVENÇÕES EXTRATIVISTAS E AGRO-PASTORÍS

6. Cada Seringueiro só poderá ter uma colocação e praticará o extrativismo e as atividades agro-pastoris na própria colocação, respeitando os limites tradicionalmente reconhecidos pela comunidade. É proibido a partir da aprovação deste documento usar

estradas de seringa outras colocações. No caso de abertura de novas colocações, deve-se manter um mínimo de 03 (três) e máximo de 04 (quatro) estradas por colocação.

7. Os moradores podem praticar o extrativismo da borracha conforme as práticas tradicionais não-predatórias. Nas estradas de seringa, é permitido cortar até duas vezes por semana. Deve ser evitado o corte das seringueiras em dias de friagem. Nas áreas de terra firme, as seringueiras devem ficar em descanso na época da troca de folhas e frutos (agosto e setembro). É proibido o uso do "etrhel" nas seringueiras.

8. É permitido o sistema tradicional de corte conhecido como "tarisca", usando uma bandeira com pestana nas seringueiras. A largura máxima de cada bandeira deve ser de 30 cm, sendo que a área de "folga" deve ser duas vezes a largura das bandeiras. É proibido cortar danificando o lenho ("no pau"). A circunferência mínima das seringueiras (à altura do peito) para corte é 90 cm, sendo 1,20 m para as seringueiras virgens.

9. Deve ser evitada a construção de casas próximas às seringueiras e castanheiras, prevenindo contra futuras derrubadas dessas árvores, em função do perigo que as mesmas podem representar no caso de caída sobre as casas.

10. Deve ser evitada a derrubada de plantas de potencial frutífero e extrativo, tais como: açaí, patoá, sorva, burití, bacaba, tucumã e babaçú. É permitida a utilização do açaizeiro para a construção de casas dentro da reserva, mas é proibida a sua derrubada para a retirada de palmito. Exceto que haja um plano de manejo com a participação dos órgãos governamentais competentes e que tal exploração dentro de um modelo de conservação. É permitido a coleta de frutos das árvores nativas e do côco das palmeiras, como também o uso de palhas para cobertura das casas na reserva.

11. Os moradores podem extrair madeira para uso próprio, para lenha, construções no interior da reserva, barcos a serem usados na reserva, móveis e instrumento de trabalho. Os critérios para a utilização comercial de madeira são definidos nos itens nº 20 e 21 abaixo.

12. Os moradores da Reserva poderão utilizar áreas de florestas para atividades agrícolas, agroflorestais e criação de animais, respeitando o limite máximo definido pela Lei Complementar 52/91 de 5 (cinco) hectares por unidade produtiva, não incluindo as áreas de capoeiras, sendo que o excedente dependerá de estudos prévios conforme definido pela legislação em vigor.

13. As capoeiras devem ser aproveitadas para atividades agrícolas e agroflorestais, bem como a criação de animais de pequeno e grande porte. O aproveitamento das capoeiras e a recuperação de áreas degradadas devem ser incentivados pela Associação para minimizar as derrubadas de mata virgem.

14. As derrubadas e a utilização de fogo para implantação de roçados devem ser evitados os locais onde existem seringueiras, castanheiras e outras espécies valiosas (tais como copaiba, uxi, purúí, etc.). Devem ser tomadas as providências necessárias para garantir o uso controlado do fogo, evitando a invasão de áreas de proteção ambiental,

produção agroflorestal e exativista. A Associação deve buscar junto aos Órgãos competentes: SEDAM e IBAMA, as autorizações necessárias previstas em lei.

15. Conforme o artigo 2º do Código Florestal Brasileiro, não podem ser desmatadas as "Florestas de Preservação Permanente", entendidas como as matas ciliares, as das margens dos cursos d'água, áreas acidentadas e outras.

16. Na escolha de áreas para implantação de roçados, deve-se manter uma distância mínima de 30 (trinta) metros de beiras de rios e igarapés, e 50 (cinquenta) metros de nascentes, morros, e onde haja boa presença de espécies valiosas como castanheiras e seringueiras.

17. A criação de animais como porcos, gado e ovelhas devem ser feita por comum acordo dos moradores da comunidade, ficando a construção de cercas, chiqueiros e outras instalações por conta do criador. Deve-se tomar cuidados para evitar a invasão de animais nas colocações dos vizinhos.

18. A implantação de pasto para criação de grandes animais será permitido até o limite máximo de 50% da área destinada às atividades agropastoris, ou seja 2,5 ha conforme item 12.

19. A extração de óleo de copaíba pode ser realizada somente por moradores da reserva, utilizando trado e tampa(torno) de madeira adequada(usando espécie como miratinga e breu). Deve ser respeitado um período de descanso de 1(um) ano entre cada retirada de óleo. É proibido o uso de motosserras e machados na extração de óleo de copaíba.

NOVAS INTERVENÇÕES NA FLORESTA

19. A extração de produtos da floresta tais como: frutos, flores, plantas medicinais, sementes, óleos e essências, é permitida para o consumo dos moradores da Reserva. A sua comercialização, posteriormente à aprovação deste Plano de Utilização, só poderá ser realizada mediante plano de manejo que assegure a capacidade sustentável, aprovado pela ASM, OSR, CNS e pela SEDAM.

20. A extração de madeira para comercialização (ou outro uso fora da Reserva) somente será permitida mediante a elaboração de um Plano de Manejo específico para esse fim, aprovado em Assembléia Geral da Associação e pelo IBAMA, SEDAM, CNS e OSR. O referido Plano de Manejo deve contemplar a ampla participação da comunidade na sua execução, bem como a distribuição democrática dos benefícios econômicos. fica proibida a entrada de madeireiros e toreiros na Reserva, somente no caso de participar da execução do Plano de Manejo aprovado pela Associação, estes poderão ser requisitados.

21. É permitido o aproveitamento para fins comerciais da madeira proveniente da derrubada para roça naquele ano, e também podem ser aproveitadas eventuais árvores que venham a cair na floresta desde que atendam a legislação ambiental. O beneficiamento e

arraste, devem privilegiar tecnologias que causem menor impacto ambiental (tração animal, uso de motosserras, etc).

INTERVENÇÕES NA FAUNA

22. Os moradores da Reserva têm o direito de pescar para sua alimentação. Fica proibida aos moradores da RESEX a utilização de técnicas predatórias de pesca, tais como explosivos, venenos (tingui, timbó, assacú, oasca), batção, malhadeira e arrastão para pesca.

23. Fica proibida a pesca profissional e amadora por não moradores da reserva extrativista Castanheira.

24. Poderá ser permitida a pesca para fins comerciais pelos moradores da reserva, mediante a elaboração de um Plano de Manejo aprovado pela Associação, Comissão de Proteção da Reserva, OSR, CNS, IBAMA, SEDAM e respeitando a legislação ambiental em vigor.

25. É proibido qualquer tipo de caça para fins comerciais, dentro e fora da Reserva. Fica também proibida a entrada de caçadores profissionais, bem como outras pessoas que não sejam moradores da RESEX, com o objetivo de caçar.

26. Será permitida a caça para a alimentação dos moradores da Reserva (e se necessário, para a proteção de roças e animais domésticos) desde que não coloque em risco o equilíbrio ecológico e a espécie não se encontre em extinção.

27. Fica proibida a caça de cujubim, pato, bichos de casco (quelônios), bem como outras espécies de animais que forem definidas com o risco de extinção pela associação e/ou pelos órgãos ambientais (SEDAM, IBAMA). Deve ser evitada a coleta de ovos de nambú.

28. É expressamente proibida a utilização de cachorros nas atividades de caça pelos moradores da Reserva. Mas, será permitido a criação de cachorro tipo vira lata, para proteção das criações de terreiro, fica proibido a utilização de armadilhas nas atividades de caça.

29. Poderão ser elaborados projetos de criação de animais silvestres em cativeiros para fins comerciais, apresentados pela Associação e aprovados pela Comissão de Proteção da Reserva, OSR, CNS, IBAMA e SEDAM.

30. É permitida a construção de pequenas barragens para criação de peixes (piscicultura) mediante a aprovação da Comissão de Proteção da Reserva e Associação.

INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE USO COMUM

31. Os rios, lagos, varadouros, praias e barrancos são áreas de uso comum a reserva. Fica a cargo da Associação e especialmente a Comissão de Proteção da Reserva, a definição de normas específicas para a utilização, monitoramento e fiscalização dessas áreas comunitárias, bem como a resolução de discordâncias que porventura surgirem entre moradores.

FISCALIZAÇÃO

32. Cabe aos órgãos governamentais: SEDAM, IBAMA, ITERON e Pelotão Florestal, realizar a fiscalização e monitoramento da Reserva Extrativista com o apoio e o acompanhamento da Associação e dos moradores.

33. Cada seringueiro é um fiscal de sua colocação e das outras colocações, cabendo a ele não apenas zelar por sua colocação, mas contribuir para que os recursos naturais da Reserva sejam zelados por todos.

34. Será constituída mediante eleição da Assembléia Geral, uma Comissão de Proteção da Reserva, formada por moradores antigos e respeitados, com a responsabilidade de aconselhar a Associação, de deliberar sobre casos omissos conforme o costume e o bom senso, e de auxiliar a fiscalização. As normas de funcionamento da Comissão serão definidas num regimento interno, aprovado por Assembléia dos moradores.

PENALIDADES

35. O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso do morador de utilizar a Reserva de modo a conservá-la para seus filhos e netos, tal como a recebeu e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas a seguir:

36. Quando houver uma infração ao regulamento, o morador será inicialmente advertido pela Comissão. Após duas advertências, o caso será comunicado à Associação para a tomada de providências.

37. A Associação após ouvir e consultar a Comissão de Proteção da Reserva, poderá determinar a perda da Licença de Uso por parte do infrator.

38. O seringueiro que tiver perdido sua Licença de Uso não poderá requerer outra em Reserva Extrativista na região de abrangência da ASM.

DISPOSIÇÕES GERAIS

39. O presente Plano de Utilização poderá ser alterado após proposta apresentada por pelo menos 30% dos moradores, aprovada pela Comissão de

Proteção da Reserva e pela Assembléia Geral dos moradores, desde que a alteração proposta não entre em conflito com a finalidade da Reserva, e desde que seja aprovada pela Comissão Técnica de Extrativismo de Rondônia. (CNS, OSR, SEDAM e ITERON)

40. A transferência de colocações somente poderá ser realizada mediante o consentimento da Associação e com aval da Comissão de Proteção da Reserva. Deve ser comprovado que a colocação esteja bem zelada em todos os seus aspectos e que o novo ocupante tenha experiência comprovada e que seja cadastrado na Associação.

41. Se um morador da Reserva precisar se ausentar da colocação por um período longo, esse fato deve ser comunicado à Diretoria da Associação, bem como o motivo da ausência. A colocação desocupada passará a ser considerada "abandonada" depois de um ano e um dia, se a Diretoria não receber uma justificativa aceitável (p.ex. problema de saúde ou necessidade de descanso das seringueiras). Após esse prazo, a Diretoria da Associação poderá determinar a transferência da colocação para outro seringueiro necessitado ou que já tenha requisitado uma colocação na Reserva.

42. A abertura de novas colocações poderá ser realizada somente por sócios da ASM, com aviso prévio à diretoria da Associação. Se um seringueiro sair de sua colocação por motivo de dar descanso às seringueiras, ele poderá continuar utilizando a área de roça, desde que não tenha outra área disponível e que seja avisada a Associação.

43. "A venda de colocações" deve ser realizada somente mediante a aprovação da Comissão de Proteção da RESEX e da diretoria da Associação. A Associação verificará a procedência de novos seringueiros que pretendem estabelecer moradia na RESEX, reservando para si o direito de recusar o cadastramento e entrada de indivíduos, cuja licença de Uso tenha sido revogada em outra Reserva Extrativista da Amazônia Brasileira.

44. A Associação, com o apoio dos órgãos governamentais competentes, deverá promover atividades educativas com os moradores vizinhos da Reserva (inicialmente através de suas organizações representativas) bem como da população local em geral, com o objetivo de evitar violações deste Plano de Utilização.

45. A construção de obras e a execução de projetos de impacto ambiental significativo, como a abertura de estradas, varadouros e outros, dependerá de estudo prévio aprovado pela Comissão de Proteção da Reserva, pela Diretoria da Associação e dos órgãos ambientais competentes. Devem ser tomadas as medidas necessárias para evitar prejuízos ao equilíbrio ecológico e aos direitos individuais dos moradores da Reserva.

46. Fica permitida através de estudos que comprovem o potencial da Reserva, a exploração e o auto-gerenciamento de ecoturismo ecológico e cultural, devendo ser aprovado em Assembléia Geral dos moradores, e com o aval da OSR, CNS e os órgãos governamentais competentes.

47. É vedada a exploração comercial dos recursos minerais do solo e do sub-solo, tais como areia, metais, pedras e outros.

48. A Associação, em colaboração com os órgão governamentais competentes, deverá promover estudos participativos que objetivem a elaboração de um levantamento sócio-econômico-ecológico da Reserva.

49. A pesquisa, levantamento fotográfico, filmagem, coleta de material genético e a entrada de estranhos no interior da Reserva podem ser realizadas com a autorização da Associação e aval da OSR, CNS, SEDAM, ITERON e desde que:

a) O trabalho resulte em benefícios para a comunidade, tais como: capacitação dos moradores, informações para a melhoria da conservação da produção e da qualidade de vida na Reserva, infra-estrutura comunitária, participação em lucros resultantes do desenvolvimento de produtos ou outros benefícios que a comunidade julgar necessário.

b) As atividades acima citadas e seus planos de trabalho sejam aprovados pela Associação. Para as pesquisas realizadas por pesquisadores ou instituições estrangeiros devem ser apresentadas previamente à Associação um plano de trabalho onde seja considerado os benefícios comunitários propostos aqui.

c) Os moradores sejam esclarecidos e consultados individualmente se desejam participar ou não em entrevistas, questionários, fotografias, filmagens e outros trabalhos o qual possam ser envolvidos.

d) Principalmente que os resultados do trabalho sejam retornados à Associação, e se possível, à comunidade.